

Márlon Reis

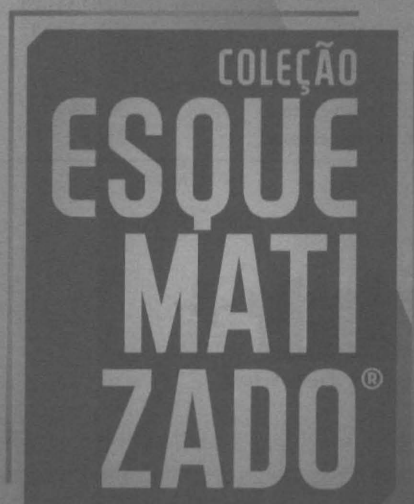
Doutor em Sociologia Jurídica e Instituições
Políticas pela Universidad de Zaragoza, Espanha.

DIREITO ELEITORAL

3.^a edição
2025

**Inclui MATERIAL
SUPLEMENTAR**

- Questões de concursos
- Súmulas do TSE
- Tabela de Prazos de Desincompatibilização
- Enunciados da Jornada de Direito Eleitoral do TSE



■ O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Data do fechamento do livro: 06/02/2025

■ O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright ©2025 by

Saraiva Jur, um selo da SRV Editora Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

■ **Atendimento ao cliente:** <https://www.editoradodireito.com.br/contato>

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da **SRV Editora Ltda.**

■ Capa: Lais Soriano

Diagramação: Fernanda Matajs

■ **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

R375c Reis, Márlon

Direito eleitoral / Márlon Reis; coordenado por Pedro Lenza. – 3. ed. – São Paulo :

Saraiva Jur, 2025.

(Coleção Esquematizado*)

632 p.

ISBN : 978-85-5362-428-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito eleitoral. I. Título. II. Série.

CDD 341.28

2025-367

CDU 342.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito eleitoral 341.28

2. Direito eleitoral 342.8

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Metodologia Esquemático</i>	IX
<i>Nota do Autor à 3.ª edição</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XV
INTRODUÇÃO	1
1. COMPREENSÃO PRELIMINAR DO DIREITO ELEITORAL	3
1.1. Conceito	3
1.2. Fontes do Direito Eleitoral	4
1.2.1. Fontes estatais	4
1.2.2. Fontes não estatais	10
1.3. Competência para legislar	11
1.4. Questões	online
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL	13
2.1. Princípio Democrático	13
2.1.1. Teorias tradicionais sobre a democracia	14
2.1.2. Dahl e a poliarquia	15
2.1.3. Democracia representativa (indireta) e democracia direta	17
2.1.4. Iniciativa popular	20
2.1.4.1. Origem	20
2.1.4.2. A natureza da iniciativa popular	21
2.1.4.3. Sentido e essência	21
2.1.4.4. Manifestação do soberano ou de fração do povo?	22
2.1.4.5. Iniciativa popular no ordenamento jurídico	23
2.1.4.6. Iniciativa popular e o filtro garantista	24
2.1.5. Democracia e liberdade de opção eleitoral	25
2.1.6. Democracia e princípio do pluralismo político	26
2.1.7. Democracia defensiva	30
2.2. Princípio Republicano	33
2.3. Princípio da Igualdade (Isonomia)	35
2.3.1. Igualdade racial	35
2.3.2. Igualdade e sexo	40
2.3.3. Igualdade e gênero	46
2.3.4. Igualdade e pessoas com deficiência	49
2.3.5. Igualdade e origem geográfica	51
2.4. Princípio do sufrágio universal	53
2.5. Princípio do voto direto e secreto	55
2.6. Prevalência do interesse público	57
2.7. Participação popular ou acesso democrático	58
2.8. Princípio da proteção	62

2.9. Princípio da anualidade ou da anterioridade anual	69
2.10. Questões	<i>online</i>
3. O SISTEMA DE JUSTIÇA ELEITORAL	73
3.1. A justiça eleitoral.....	73
3.1.1. Órgãos do Poder Judiciário Eleitoral	73
3.1.2. Composição do Tribunal Superior Eleitoral	73
3.1.3. Composição dos Tribunais Regionais Eleitorais	74
3.1.4. Duração da investidura	75
3.1.5. Os advogados nos tribunais eleitorais.....	75
3.1.6. Órgãos diretivos do Tribunal Superior Eleitoral	79
3.1.7. Competências do Tribunal Superior Eleitoral	80
3.1.8. Competência em matéria jurisdicional	81
3.1.9. Competência em matéria administrativa.....	82
3.1.10. Tribunais Regionais Eleitorais	84
3.1.11. Juntas eleitorais	86
3.1.12. Juízes eleitorais.....	89
3.1.13. Poder de polícia eleitoral	90
3.2. O ministério público eleitoral	93
3.3. A defensoria pública eleitoral	97
3.4. A advocacia eleitoral	98
3.5. Questões	<i>online</i>
4. PROCESSO ADMINISTRATIVO ELEITORAL.....	101
4.1. Alistamento eleitoral.....	102
4.1.1. Aspectos iniciais.....	102
4.1.2. Fechamento e reabertura do cadastro eleitoral	106
4.1.3. Recursos do deferimento ou indeferimento da transferência eleitoral.....	109
4.1.4. Da quitação eleitoral na transferência.....	109
4.1.5. Alistamento obrigatório, facultativo e vedado	109
4.1.6. Cancelamento da inscrição eleitoral	109
4.1.6.1. Alistamento eleitoral no exterior	112
4.1.7. Recursos.....	112
4.1.8. Falta no trabalho para registro ou transferência de título de eleitor.....	113
4.1.9. Encerramento do alistamento ou da transferência	113
4.1.10. Fraude no alistamento	113
4.1.11. Delegado do partido	114
4.1.12. Quantidade de delegados perante o juízo eleitoral.....	114
4.1.13. Representatividade dos delegados credenciados	114
4.1.14. Função dos delegados cadastrados no alistamento.....	114
4.2. Filiação partidária	114
4.2.1. Quanto ao eleitor	114
4.2.2. Filiação, mandato e fidelidade partidária	116
4.2.3. Coligações e federações partidárias.....	122
4.3. Domicílio eleitoral.....	124
4.4. Convenções eleitorais.....	126
4.4.1. Considerações iniciais.....	126
4.4.2. Candidaturas natas	130

4.4.3.	Do local das convenções	131
4.4.4.	Convenções eleitorais em meio virtual	131
4.4.5.	Da propaganda nas convenções eleitorais.....	134
4.4.6.	Das formas de convenções eleitorais	134
4.5.	Registro das candidaturas	135
4.5.1.	O registro dos candidatos	135
4.5.2.	Declarações necessárias e grupos vulneráveis	137
4.5.3.	Registro de candidaturas e pertencimento racial.....	138
4.5.4.	Publicidade da documentação.....	139
4.5.5.	Filiação	139
4.5.6.	Declaração de bens.....	140
4.5.7.	Quitação de débitos eleitorais	141
4.5.8.	Certidões de objeto e pé	142
4.5.9.	Propostas dos candidatos a mandatos no Executivo.....	142
4.5.10.	Competência para o registro	142
4.5.11.	O registro das chapas.....	143
4.5.12.	Definição dos candidatos a serem registrados por partido	143
4.5.12.1.	Para o cargo de vereador.....	143
4.5.12.2.	Quantidade de candidatos por vaga.....	144
4.5.12.3.	Representação proporcional.....	144
4.5.12.3.1.	Inovação legal	144
4.5.12.3.2.	O significado jurídico-político das eleições proporcionais ...	145
4.5.12.3.3.	As candidaturas coletivas (candidaturas promovidas coletivamente).....	147
4.5.12.3.4.	A distribuição das sobras.....	148
4.5.12.3.5.	Quantidade de candidatos a deputado estadual	149
4.5.12.3.6.	Quantidade de candidatos a serem lançados para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa e as Assembleias Legislativas	150
4.5.12.3.7.	Estados com mais de 20 parlamentares na Câmara dos Deputados	150
4.5.12.3.8.	Quantidade de vagas para deputado federal	151
4.5.12.3.9.	Quantidade de candidatos às Câmaras de Vereadores.....	151
4.5.13.	Falta de preenchimento das vagas na convenção.....	151
4.5.14.	Substituição de candidato.....	152
4.6.	Propaganda eleitoral.....	152
4.6.1.	Aspectos gerais.....	152
4.6.2.	O tempo da propaganda.....	153
4.6.2.1.	Propaganda antecipada	153
4.6.2.2.	Propaganda pré-eleitoral ou pré-campanha	155
4.6.2.3.	Propaganda intrapartidária	159
4.6.2.4.	Propaganda eleitoral.....	159
4.6.3.	Quanto à licitude da propaganda.....	161
4.6.3.1.	Propaganda eleitoral lícita	161
4.6.3.2.	Propaganda eleitoral ilícita	161
4.6.3.2.1.	Infrações administrativas.....	161
4.6.3.2.2.	Propaganda criminosa	163
4.6.4.	A propaganda no rádio e na televisão	163

4.6.5.	A propaganda na internet	167
4.6.5.1.	A chegada da inovação	167
4.6.5.2.	O desenvolvimento das normas	168
4.6.5.3.	A desinformação	169
4.6.5.4.	A propaganda eleitoral nas redes sociais	175
4.6.6.	Direito de resposta	176
4.6.7.	Propaganda eleitoral e igualdade	178
4.7.	Pesquisas e testes pré-eleitorais	180
4.8.	Votação	184
4.8.1.	O voto	184
4.8.2.	O voto eletrônico	185
4.8.3.	A contingência na votação	187
4.8.4.	O sufrágio universal	188
4.8.5.	Voto obrigatório	188
4.8.6.	Atos preparatórios	188
4.8.7.	Garantias eleitorais	189
4.8.7.1.	Salvo conduto	189
4.8.7.2.	Imunidade provisória	189
4.8.7.3.	Proteção contra abusos	190
4.8.7.4.	Distanciamento da força pública	191
4.8.7.5.	Prioridade postal	191
4.8.7.6.	Pessoas com deficiência	191
4.8.7.7.	O voto do preso	192
4.8.7.8.	Transferência temporária de militares e agentes de segurança pública	194
4.8.7.9.	Transferência temporária dos militares e agentes de segurança pública	194
4.8.7.10.	Transferência temporária de eleitores indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais	195
4.8.7.11.	Transferência temporária de mesários e apoio logístico	195
4.8.7.12.	Transferência temporária de membros da Justiça Eleitoral	195
4.8.7.13.	Preparação das urnas	195
4.8.7.14.	Dos procedimentos de votação	197
4.8.7.15.	Alimentação e transporte de eleitores	198
4.8.7.16.	O voto no exterior	199
4.8.7.17.	A mesa receptora de votos	199
4.9.	Apuração	202
4.10.	Proclamação dos Resultados	203
4.11.	As contas de campanha	204
4.12.	Diplomação dos eleitos	204
4.13.	Nulidade e anulabilidade dos votos: caracterização e efeitos	209
4.13.1.	Distinção entre nulidade e anulabilidade em matéria eleitoral	209
4.13.2.	Nulidades de seções e de votações: soluções distintas	214
4.14.	Questões	online
5.	ARRECADAÇÃO, DESPESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	215
5.1.	Aspectos gerais	215
5.2.	Financiamento das campanhas eleitorais	216

5.2.1.	Recursos próprios dos candidatos	217
5.2.2.	Doações de pessoas físicas.....	217
5.2.3.	Doações de outros partidos políticos e de outras candidatas ou de outros candidatos.....	222
5.2.4.	Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação...	222
5.2.5.	O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	224
5.2.5.1.	Observância da proporção de mulheres e de pessoas negras	226
5.2.5.2.	Reserva de fundos para candidaturas de afro-brasileiros e de mulheres no FEFC.....	226
5.2.5.3.	Uso restrito das verbas do FEFC e do Fundo Partidário destinadas a mulheres e a pessoas negras.....	231
5.2.5.4.	Sanções.....	232
5.2.5.5.	Contagem em dobro dos votos.....	238
5.2.6.	O Fundo Partidário.....	238
5.2.7.	Fonte de financiamento vedada.....	240
5.2.7.1.	Proibição de doação por pessoas jurídicas	240
5.2.7.2.	Sanções para a arrecadação ilícita de verbas de campanha	241
5.2.8.	O início da arrecadação.....	243
5.2.9.	A forma da arrecadação	244
5.3.	As despesas de campanha.....	245
5.3.1.	Aspectos gerais.....	245
5.3.2.	Despesas lícitas.....	246
5.3.2.1.	Restrições a gastos eleitorais	248
5.3.2.2.	Fogos de artifício	248
5.3.3.	Limites de gastos	250
5.4.	A prestação de contas eleitorais.....	251
5.4.1.	Responsabilidade pela prestação de contas	251
5.4.2.	Administração das contas pelos candidatos	252
5.4.3.	Atuação obrigatória de contadores e advogados na prestação de contas	253
5.4.4.	Despesas e custos comuns assumidos pelo partido	254
5.4.5.	Contas bancárias específicas.....	255
5.4.6.	Registro de candidatos no CNPJ.....	258
5.4.7.	Despesas não contabilizadas de campanha	259
5.4.8.	Legitimidade para a prestação de contas.....	260
5.4.9.	O tempo da prestação de contas.....	260
5.4.10.	Restos a pagar e sobras de campanha	263
5.4.11.	O julgamento da prestação de contas.....	263
5.4.12.	As contas julgadas não prestadas.....	264
5.4.13.	Exceções à necessidade de registro na prestação de contas	266
5.4.14.	O Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral — NIJE	267
5.5.	Questões	online
6.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADES	269
6.1.	Considerações preliminares.....	269
6.2.	Condições de elegibilidade	270
6.2.1.	Nacionalidade brasileira.....	270
6.2.2.	Pleno exercício dos direitos políticos.....	272
6.2.2.1.	Cassação, perda e suspensão dos direitos políticos	272

6.2.2.2.	Hipóteses de perda ou suspensão	273
6.2.2.2.1.	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	273
6.2.2.2.2.	Incapacidade civil absoluta.....	273
6.2.2.2.3.	Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	274
6.2.2.2.4.	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	282
6.2.2.2.5.	Improbidade administrativa	282
6.2.3.	Alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária....	284
6.2.4.	Limites etários mínimos.....	284
6.3.	Inelegibilidades	285
6.3.1.	Considerações iniciais.....	285
6.3.1.1.	Conceito.....	285
6.3.1.2.	Inelegibilidade, condição, sanção.....	289
6.3.2.	Inelegibilidades em espécie.....	293
6.3.2.1.	Inelegibilidades constitucionais.....	293
6.3.2.1.1.	Inalistabilidade	293
6.3.2.1.2.	Analfabetismo.....	293
6.3.2.1.3.	Limitação à reelegibilidade	296
6.3.2.1.4.	Renúncia para disputa de outro cargo	298
6.3.2.1.5.	Inelegibilidade de cônjuges e parentes	298
6.3.2.2.	Inelegibilidades infraconstitucionais.....	304
6.3.2.2.1.	Considerações preliminares	304
6.3.2.2.2.	Perda do mandato parlamentar.....	304
6.3.2.2.3.	Perda do mandato de chefe do Executivo.....	306
6.3.2.2.4.	Abuso de poder econômico ou político	306
6.3.2.2.5.	Condenação criminal.....	315
6.3.2.2.6.	Crimes contra a ordem tributária	320
6.3.2.2.7.	Indignidade para o oficialato.....	320
6.3.2.2.8.	Rejeição de contas públicas.....	320
6.3.2.2.9.	Dirigentes de instituições em fase de liquidação.....	330
6.3.2.2.10.	Condenações em matéria eleitoral.....	331
6.3.2.2.11.	Renúncia.....	331
6.3.2.2.12.	Improbidade administrativa	332
6.3.2.2.13.	Expulsos do exercício de profissão regulamentada	333
6.3.2.2.14.	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal.....	334
6.3.2.2.15.	Servidores demitidos	335
6.3.2.2.16.	Realizadores de doações ilícitas.....	336
6.3.2.2.17.	Magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente.....	336
6.4.	Incompatibilidades	337
6.5.	A suspensão da inelegibilidade.....	341
6.6.	Questões	online

7.	CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS.....	347
7.1.	Considerações iniciais.....	347
7.2.	Captação ilícita de sufrágio.....	347

7.2.1.	Definições.....	347
7.2.2.	Captação ilícita de sufrágio por meio da compra de votos.....	348
7.2.2.1.	Conceito.....	348
7.2.2.2.	Caracterização.....	352
7.2.2.3.	Classificação.....	359
7.2.2.4.	Compra da abstenção.....	360
7.2.2.5.	Compra de votos indireta.....	360
7.2.3.	Captação ilícita de sufrágio por meio da coação.....	364
7.2.3.1.	Inserção no Ordenamento Jurídico.....	364
7.2.3.2.	Violência ou grave ameaça.....	364
7.2.3.2.1.	Violência.....	365
7.2.3.2.2.	Grave ameaça.....	365
7.2.3.3.	Verbalização da ameaça.....	366
7.2.3.4.	Abstenção.....	366
7.2.4.	Participação direta ou indireta do candidato.....	367
7.2.5.	A caracterização do dolo.....	370
7.2.6.	A finalidade eleitoral.....	371
7.2.7.	Identificação do eleitor.....	373
7.2.8.	Influência no resultado da votação (desnecessidade).....	375
7.2.9.	Período de caracterização.....	376
7.2.10.	Captação ilegal de sufrágio e propaganda.....	378
7.3.	Condutas vedadas aos agentes públicos.....	379
7.3.1.	Considerações preliminares.....	379
7.3.2.	O art. 73 da Lei das Eleições.....	380
7.3.2.1.	Aspectos gerais.....	380
7.3.2.2.	Hipóteses de vedação de conduta.....	380
7.3.2.2.1.	Cessão de bens públicos.....	380
7.3.2.2.2.	Excesso no uso de materiais e serviços.....	383
7.3.2.2.3.	Cessão de servidor para campanha.....	384
7.3.2.2.4.	Uso promocional de bens e serviços de caráter social.....	385
7.3.2.2.5.	Abuso no preenchimento de cargos e funções públicos.....	386
7.3.2.2.6.	Vedação à transferência voluntária, propaganda institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão.....	387
7.3.2.2.7.	Aumento de gastos com propaganda institucional.....	389
7.3.2.2.8.	Revisão geral da remuneração dos servidores.....	389
7.3.2.3.	A proporcionalidade e a aplicação das sanções.....	389
7.3.2.4.	Improbidade administrativa e condutas vedadas.....	390
7.3.2.5.	Finalidade eleitoral do ato.....	390
7.3.2.6.	Desnecessidade de verificação do potencial impacto no resultado..	390
7.3.3.	Abuso de poder na publicidade institucional.....	391
7.3.4.	Vedação de <i>shows</i> em inaugurações.....	391
7.3.5.	Ressarcimento de despesas de deslocamento do presidente em campanha.....	392
7.3.6.	Participação de candidatos em inaugurações.....	392
7.3.7.	Constitucionalidade da cassação do registro ou do diploma.....	392
7.4.	Questões.....	online
8.	ACÕES E REPRESENTAÇÕES ELEITORAIS.....	401
8.1.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	401
8.1.1.	Aspectos iniciais.....	401

8.1.2.	Rito.....	401
8.1.3.	Execução imediata.....	404
8.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	406
8.1.4.1.	Abuso de poder econômico.....	406
8.1.4.2.	Corrupção eleitoral.....	408
8.1.4.3.	Condutas vedadas e abuso de poder político.....	410
8.1.4.4.	Fraude.....	411
8.1.5.	Influência no resultado da eleição.....	414
8.2.	Ação de impugnação de registro de candidatura.....	416
8.2.1.	Aspectos iniciais.....	416
8.2.2.	Legitimidade.....	416
8.2.3.	Relevância.....	417
8.2.4.	Preclusão.....	417
8.2.5.	Rito.....	419
8.2.6.	Fim do efeito suspensivo automático.....	420
8.3.	Ação de investigação judicial eleitoral.....	421
8.3.1.	Cabimento.....	421
8.3.2.	Competência.....	423
8.3.3.	Legitimidade ativa.....	423
8.3.4.	Tempo da propositura.....	423
8.3.5.	Rito.....	424
8.3.6.	Inovação substancial.....	424
8.3.7.	Litispendência e coisa julgada.....	425
8.4.	Captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas — veículos processuais.....	427
8.4.1.	Legitimidade.....	427
8.4.1.1.	Legitimação ativa.....	427
8.4.1.2.	Legitimação passiva.....	427
8.4.2.	Capacidade postulatória.....	428
8.4.3.	Veículos processuais.....	428
8.4.3.1.	Para a apuração da captação de sufrágio vedada por lei.....	428
8.4.3.1.1.	Representação com o rito previsto no art. 22, I a XIII, da LC n. 64/1990.....	429
8.4.3.1.2.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	429
8.4.3.2.	Para a apuração das condutas vedadas aos agentes públicos.....	429
8.4.3.3.	Para a apuração conjunta de infrações a dispositivos distintos.....	429
8.4.4.	Sucessão preclusiva das instâncias eleitorais.....	430
8.4.4.1.	Preclusão <i>pro judicato</i> no Direito Eleitoral.....	430
8.4.4.2.	Fundamentos da medida.....	431
8.4.4.3.	Inexistência de ofensa ao princípio do juiz natural.....	431
8.4.4.4.	Como promover a sucessão preclusiva.....	432
8.4.4.5.	Precedentes.....	432
8.4.4.6.	Hipóteses de cabimento.....	433
8.4.4.7.	Aplicação à captação ilícita de sufrágio.....	433
8.4.5.	Necessidade de nova eleição.....	434
8.4.6.	Execução do julgado.....	434
8.5.	Recurso contra a expedição de diploma.....	435
8.5.1.	Constitucionalidade do RCED.....	435
8.5.2.	Aspectos iniciais.....	437

8.5.3.	Legitimidade ativa.....	438
8.5.4.	Legitimidade passiva.....	438
8.5.5.	Prazo.....	438
8.5.6.	Competência.....	438
8.5.7.	Provas.....	439
8.6.	Representação por arrecadação e gastos ilícitos.....	440
8.7.	Reclamação administrativa eleitoral.....	442
8.8.	Disposições comuns às representações especiais.....	443
8.8.1.	Abrangência.....	443
8.8.2.	Análise inicial.....	444
8.8.3.	Termo final.....	444
8.8.4.	Abrangência.....	444
8.8.5.	Tutelas provisórias.....	445
8.8.6.	Prova em áudio ou vídeo.....	445
8.8.7.	Réplica.....	445
8.8.8.	Extinção ou saneamento dos feitos eleitorais.....	445
8.8.9.	Oitiva prévia do Ministério Público nas decisões.....	446
8.8.10.	A prova pericial.....	446
8.8.11.	Gravação ambiental.....	447
8.8.12.	Audiência de instrução.....	448
8.8.13.	Medidas instrutórias finais.....	449
8.8.14.	Encerramento da fase instrutória.....	449
8.8.15.	Últimas disposições sobre o procedimento.....	449
8.9.	Mecanismos processuais para o ataque à fraude na autodeclaração racial.....	450
8.9.1.	Apresentação do problema.....	450
8.9.2.	A questão da prova.....	451
8.9.3.	A gravidade da conduta e seu impacto na aplicação das sanções.....	451
8.9.4.	Vias processuais aplicáveis.....	453
8.10.	Questões.....	<i>online</i>
9.	RECURSOS ELEITORAIS.....	455
9.1.	Introdução.....	455
9.2.	Efeitos dos recursos eleitorais.....	460
9.2.1.	Recursos em espécie.....	461
9.2.1.1.	Recurso eleitoral inominado.....	461
9.2.1.2.	Recurso ordinário.....	462
9.2.1.3.	Recurso especial.....	463
9.2.1.4.	Recurso extraordinário.....	464
9.2.2.	Embargos de declaração.....	466
9.2.3.	Agravo de instrumento.....	467
9.2.4.	Agravo interno.....	467
9.3.	Questões.....	<i>online</i>
10.	DIREITO PENAL ELEITORAL.....	469
10.1.	Aspectos dogmáticos.....	469
10.1.1.	Introdução.....	469
10.1.2.	Conceito.....	470
10.1.3.	Objeto do direito penal eleitoral.....	471

10.1.4.	Natureza dos crimes eleitorais	472
10.1.5.	Crime e contravenção em matéria eleitoral	473
10.1.6.	Efeitos da sentença condenatória em matéria penal eleitoral.....	474
10.1.6.1.	Efeitos penais e extrapenais.....	474
10.1.6.2.	Suspensão dos direitos políticos.....	474
10.1.6.3.	Inelegibilidade decorrente de condenação criminal	474
10.1.7.	Inexistência da modalidade culposa nos crimes eleitorais.....	475
10.1.7.1.	Dolo nos crimes eleitorais.....	475
10.1.7.2.	Dolo eventual	476
10.1.7.3.	Desafios na aplicação do dolo eventual.....	476
10.1.8.	Crimes eleitorais consumados e tentados	477
10.1.8.1.	Crime consumado	477
10.1.8.2.	Crime tentado.....	477
10.1.8.3.	Punição da tentativa.....	478
10.1.8.4.	Limitações à tentativa nos crimes eleitorais.....	478
10.1.9.	Condutas comissivas e omissivas em matéria penal eleitoral.....	478
10.1.9.1.	Condutas comissivas	478
10.1.9.2.	Condutas omissivas.....	479
10.1.10.	Tipicidade penal	479
10.1.10.1.	Tipicidade penal	479
10.1.10.2.	Tipicidade formal (ou tipicidade legal).....	479
10.1.10.3.	Tipicidade material	480
10.1.10.4.	Tipicidade conglobante	480
10.1.11.	O princípio da presunção de inocência	481
10.1.11.1.	O princípio aplicado ao direito penal eleitoral	481
10.1.11.2.	Diferença entre sanção penal e condição de inelegibilidade	481
10.1.12.	Sobre os preceitos primário e secundário (as penas mínimas genéricas)	482
10.1.12.1.	Comparação com a técnica legislativa da Lei n. 9.504/1997	483
10.1.13.	Sobre o princípio da consunção em matéria eleitoral.....	483
10.1.13.1.	Fundamentos do princípio da consunção	483
10.2.	Dos crimes eleitorais	485
10.2.1.	Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral	485
10.2.1.1.	Inscrição fraudulenta	485
10.2.1.1.1.	Bem jurídico protegido	485
10.2.1.1.2.	Sujeitos do crime	485
10.2.1.1.3.	Conduta típica	486
10.2.1.1.4.	Consumação e tentativa.....	486
10.2.1.2.	Indução de inscrição eleitoral ilícita.....	486
10.2.1.2.1.	Bem jurídico protegido	486
10.2.1.2.2.	Sujeitos do crime	486
10.2.1.2.3.	Conduta típica	487
10.2.1.2.4.	Consumação e tentativa.....	487
10.2.1.3.	Inscrição fraudulenta realizada pelo juiz	487
10.2.1.3.1.	Bem jurídico protegido	487
10.2.1.3.2.	Sujeitos do crime	487
10.2.1.3.3.	Conduta típica	488
10.2.1.3.4.	Consumação e tentativa.....	488
10.2.1.4.	Ou retardamento de inscrição.....	488

10.2.1.4.1.	Bem jurídico protegido.....	488
10.2.1.4.2.	Sujeitos do crime	488
10.2.1.4.3.	Conduta típica.....	489
10.2.1.4.4.	Consumação e tentativa.....	489
10.2.1.5.	Perturbação ou impedimento de alistamento eleitoral.....	489
10.2.1.5.1.	Bem jurídico protegido.....	489
10.2.1.5.2.	Sujeitos do crime	489
10.2.1.5.3.	Conduta típica.....	490
10.2.1.5.4.	Consumação e tentativa.....	490
10.2.1.6.	Promoção de desordem.....	490
10.2.1.6.1.	Bem jurídico protegido.....	491
10.2.1.6.2.	Sujeitos do crime	491
10.2.1.6.3.	Conduta típica.....	491
10.2.1.6.4.	Consumação e tentativa.....	491
10.2.1.7.	Impedimento ou embaraço do exercício do sufrágio.....	491
10.2.1.7.1.	Bem jurídico protegido.....	492
10.2.1.7.2.	Sujeitos do crime	492
10.2.1.7.3.	Conduta típica.....	492
10.2.1.7.4.	Consumação e tentativa.....	493
10.2.1.8.	Prisão ou detenção indevida durante o período eleitoral.....	493
10.2.1.8.1.	Referência ao art. 236 do Código Eleitoral	494
10.2.1.8.2.	Bem jurídico protegido.....	494
10.2.1.8.3.	Sujeitos do crime	494
10.2.1.8.4.	Conduta típica.....	494
10.2.1.8.5.	Consumação e tentativa.....	494
10.2.1.9.	Corrupção eleitoral	495
10.2.1.9.1.	Confrontação com o art. 41-A da Lei das Eleições.....	495
10.2.1.9.2.	Bem jurídico protegido.....	496
10.2.1.9.3.	Sujeitos do crime	496
10.2.1.9.4.	Conduta típica.....	496
10.2.1.9.5.	Consumação e tentativa.....	497
10.2.1.10.	Coação eleitoral por servidor público.....	497
10.2.1.10.1.	Bem jurídico protegido.....	498
10.2.1.10.2.	Sujeitos do crime	498
10.2.1.10.3.	Conduta típica.....	498
10.2.1.10.4.	Consumação e tentativa.....	498
10.2.1.11.	Coação eleitoral com uso de violência ou grave ameaça	498
10.2.1.11.1.	Confrontação com o § 2.º do art. 41-A da Lei das Eleições...	499
10.2.1.11.2.	Bem jurídico protegido.....	500
10.2.1.11.3.	Sujeitos do crime	500
10.2.1.11.4.	Conduta típica.....	500
10.2.1.11.5.	Consumação e tentativa.....	500
10.2.1.12.	Concentração de eleitores no dia da eleição.....	501
10.2.1.12.1.	Bem jurídico protegido.....	501
10.2.1.12.2.	Sujeitos do crime	501
10.2.1.12.3.	Conduta típica.....	501
10.2.1.12.4.	Consumação e tentativa.....	502
10.2.1.13.	Majoração indevida dos preços	502

10.2.1.13.1. Bem jurídico protegido.....	502
10.2.1.13.2. Sujeitos do crime	502
10.2.1.13.3. Conduta típica.....	502
10.2.1.13.4. Consumação e tentativa.....	503
10.2.1.14. Negativa de fornecimento de utilidades e serviços durante a eleição....	503
10.2.1.14.1. Bem jurídico protegido.....	503
10.2.1.14.2. Sujeitos do crime	503
10.2.1.14.3. Conduta típica.....	503
10.2.1.14.4. Consumação e tentativa.....	504
10.2.1.15. Intervenção indevida no funcionamento da mesa receptora.....	504
10.2.1.15.1. Bem jurídico protegido.....	504
10.2.1.15.2. Sujeitos do crime	505
10.2.1.15.3. Conduta típica.....	505
10.2.1.15.4. Consumação e tentativa.....	505
10.2.1.16. Desrespeito à ordem de chamada dos eleitores	505
10.2.1.16.1. Bem jurídico protegido.....	506
10.2.1.16.2. Sujeitos do crime	506
10.2.1.16.3. Conduta típica.....	506
10.2.1.16.4. Consumação e tentativa.....	506
10.2.1.17. Fornecimento de cédula oficial identificada	506
10.2.1.17.1. Bem jurídico protegido.....	507
10.2.1.17.2. Sujeitos do crime	507
10.2.1.17.3. Conduta típica.....	507
10.2.1.17.4. Consumação e tentativa.....	507
10.2.1.18. Fornecimento indevido de cédula oficial	508
10.2.1.18.1. Bem jurídico protegido.....	508
10.2.1.18.2. Sujeitos do crime	508
10.2.1.18.3. Conduta típica.....	508
10.2.1.18.4. Consumação e tentativa.....	508
10.2.1.19. Votação indevida.....	509
10.2.1.19.1. Bem jurídico protegido.....	509
10.2.1.19.2. Sujeitos do crime	509
10.2.1.19.3. Conduta típica.....	509
10.2.1.19.4. Consumação e tentativa.....	510
10.2.1.20. Prática ou permissão de irregularidade que anule a votação.....	510
10.2.1.20.1. Bem jurídico protegido.....	510
10.2.1.20.2. Sujeitos do crime	510
10.2.1.20.3. Conduta típica.....	510
10.2.1.20.4. Consumação e tentativa.....	511
10.2.1.21. Voto em seção eleitoral diversa e permissão indevida do voto.....	511
10.2.1.21.1. Bem jurídico protegido.....	511
10.2.1.21.2. Sujeitos do crime	511
10.2.1.21.3. Conduta típica.....	511
10.2.1.21.4. Consumação e tentativa.....	512
10.2.1.22. Violação ou tentativa de violação do sigilo do voto.....	512
10.2.1.22.1. Bem jurídico protegido.....	512
10.2.1.22.2. Sujeitos do crime	513

10.2.1.22.3. Conduta típica.....	513
10.2.1.22.4. Consumação e tentativa.....	513
10.2.1.23. Omissão na Expedição imediata do boletim de apuração.....	513
10.2.1.23.1. Bem jurídico protegido.....	514
10.2.1.23.2. Sujeitos do crime	514
10.2.1.23.3. Conduta típica.....	514
10.2.1.23.4. Consumação e tentativa.....	514
10.2.1.24. Omissão no recolhimento, fechamento e lacre da urna após a apuração	514
10.2.1.24.1. Bem jurídico protegido.....	515
10.2.1.24.2. Sujeitos do crime	515
10.2.1.24.3. Conduta típica.....	515
10.2.1.24.4. Consumação e tentativa.....	515
10.2.1.25. Falsificação de resultados nos mapas ou boletins de apuração	516
10.2.1.25.1. Bem jurídico protegido.....	516
10.2.1.25.2. Sujeitos do crime	516
10.2.1.25.3. Conduta típica.....	516
10.2.1.25.4. Consumação e tentativa.....	517
10.2.1.26. Omissão no registro e remessa de protestos formulados	517
10.2.1.26.1. Bem jurídico protegido.....	517
10.2.1.26.2. Sujeitos do crime	517
10.2.1.26.3. Conduta típica.....	518
10.2.1.26.4. Consumação e tentativa.....	518
10.2.1.27. Violação ou tentativa de violação do sigilo da urna.....	518
10.2.1.27.1. Bem jurídico protegido.....	519
10.2.1.27.2. Sujeitos do crime	519
10.2.1.27.3. Conduta típica.....	519
10.2.1.27.4. Consumação e tentativa.....	519
10.2.1.28. Contagem de votos sob impugnação	519
10.2.1.28.1. Bem jurídico protegido.....	520
10.2.1.28.2. Sujeitos do crime	520
10.2.1.28.3. Conduta típica.....	520
10.2.1.28.4. Consumação e tentativa.....	520
10.2.1.29. Subscrição múltipla de registro de um ou mais partidos	520
10.2.1.29.1. Bem jurídico protegido.....	521
10.2.1.29.2. Sujeitos do crime	521
10.2.1.29.3. Conduta típica.....	521
10.2.1.29.4. Consumação e tentativa.....	522
10.2.1.30. Inscrição simultânea em dois ou mais partidos.....	522
10.2.1.31. Colher a assinatura do eleitor em mais de uma ficha de registro de partido	523
10.2.1.31.1. Confrontação com o art. 319 do CE	523
10.2.1.31.2. Bem jurídico protegido.....	524
10.2.1.31.3. Sujeitos do crime	524
10.2.1.31.4. Conduta típica.....	524
10.2.1.31.5. Consumação e tentativa.....	524
10.2.1.32. Divulgação de fatos inverídicos na propaganda eleitoral	525
10.2.1.32.1. Bem jurídico protegido.....	525

10.2.1.32.2. Sujeitos do crime	526
10.2.1.32.3. Conduta típica	526
10.2.1.32.4. Agravantes	526
10.2.1.32.5. Consumação e tentativa.....	526
10.2.1.32.6. Considerações especiais	526
10.2.1.33. Calúnia eleitoral	527
10.2.1.33.1. Bem jurídico protegido.....	528
10.2.1.33.2. Sujeitos do crime	528
10.2.1.33.3. Conduta típica	528
10.2.1.33.4. Prova da verdade (§ 2.º).....	528
10.2.1.33.5. Consumação e tentativa.....	529
10.2.1.34. Difamação eleitoral	529
10.2.1.34.1. Bem jurídico protegido.....	530
10.2.1.34.2. Sujeitos do crime	530
10.2.1.34.3. Conduta típica	530
10.2.1.34.4. Consumação e tentativa.....	530
10.2.1.35. Injúria eleitoral.....	530
10.2.1.35.1. Bem jurídico protegido.....	531
10.2.1.35.2. Sujeitos do crime	531
10.2.1.35.3. Conduta típica	532
10.2.1.35.4. Consumação e tentativa.....	532
10.2.1.36. Denúnciação caluniosa eleitoral	532
10.2.1.36.1. Bem jurídico protegido.....	533
10.2.1.36.2. Sujeitos do crime	533
10.2.1.36.3. Conduta típica	533
10.2.1.36.4. Agravantes e atenuantes	534
10.2.1.36.5. Consumação e tentativa.....	534
10.2.1.37. Violência política contra a mulher.....	534
10.2.1.37.1. Compatibilidade com a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância	535
10.2.1.37.2. Bem jurídico protegido	536
10.2.1.37.3. Sujeitos do crime	536
10.2.1.37.4. Conduta típica	536
10.2.1.37.5. Agravantes	536
10.2.1.37.6. Consumação e tentativa.....	536
10.2.1.38. Agravantes para os crimes de calúnia e difamação eleitorais	537
10.2.1.38.1. Circunstâncias agravantes	537
10.2.1.39. Redução de pena em caso de reparação do dano	537
10.2.1.39.1. Condição para a redução da pena	538
10.2.1.40. Inutilização, alteração ou perturbação de meio de propaganda.....	538
10.2.1.40.1. Bem jurídico protegido.....	538
10.2.1.40.2. Sujeitos do crime	539
10.2.1.40.3. Conduta típica	539
10.2.1.40.4. Consumação e tentativa.....	539
10.2.1.41. Impedimento de propaganda	539
10.2.1.41.1. Bem jurídico protegido.....	540
10.2.1.41.2. Sujeitos do crime	540

10.2.1.41.3. Conduta típica.....	540
10.2.1.41.4. Consumação e tentativa.....	540
10.2.1.42. Utilização de organização comercial para propaganda ou ali- ciamento	541
10.2.1.42.1. Bem jurídico protegido.....	541
10.2.1.42.2. Sujeitos do crime	541
10.2.1.42.3. Conduta típica.....	542
10.2.1.42.4. Consumação e tentativa.....	542
10.2.1.43. Propaganda em língua estrangeira	542
10.2.1.43.1. Bem jurídico protegido.....	543
10.2.1.43.2. Sujeitos do crime	543
10.2.1.43.3. Conduta típica.....	543
10.2.1.43.4. Consumação e tentativa.....	543
10.2.1.44. Responsabilidade do diretório local do partido	543
10.2.1.44.1. O órgão de direção partidária como sujeito do delito.....	544
10.2.1.44.2. Conduta típica.....	545
10.2.1.44.3. Sanções aplicáveis	545
10.2.1.44.4. Consumação e tentativa.....	545
10.2.1.45. Participação indevida em atividades partidárias.....	545
10.2.1.45.1. Bem jurídico protegido.....	546
10.2.1.45.2. Sujeitos do crime	546
10.2.1.45.3. Conduta típica.....	546
10.2.1.45.4. Consumação e tentativa.....	546
10.2.1.46. Descumprimento de prioridade postal	547
10.2.1.46.1. Bem jurídico protegido.....	547
10.2.1.46.2. Sujeitos do crime	547
10.2.1.46.3. Conduta típica.....	547
10.2.1.46.4. Consumação e tentativa.....	548
10.2.1.47. Destruição, supressão ou ocultação de urnas e documentos elei- torais.....	548
10.2.1.47.1. Bem jurídico protegido.....	548
10.2.1.47.2. Sujeitos do crime	549
10.2.1.47.3. Conduta típica.....	549
10.2.1.47.4. Agravante do parágrafo único.....	549
10.2.1.47.5. Consumação e tentativa.....	549
10.2.1.48. Fabricação, aquisição ou subtração de materiais	549
10.2.1.48.1. Bem jurídico protegido.....	550
10.2.1.48.2. Sujeitos do crime	550
10.2.1.48.3. Conduta típica.....	550
10.2.1.48.4. Agravante do parágrafo único.....	551
10.2.1.48.5. Consumação e tentativa.....	551
10.2.1.49. Retardar ou não publicar decisões e documentos	551
10.2.1.49.1. Bem jurídico protegido.....	552
10.2.1.49.2. Sujeitos do crime	552
10.2.1.49.3. Conduta típica.....	552
10.2.1.49.4. Consumação e tentativa.....	552
10.2.1.50. Omissão do Ministério Público	553
10.2.1.50.1. Bem jurídico protegido.....	553

10.2.1.50.2. Sujeitos do crime	553
10.2.1.50.3. Conduta típica	553
10.2.1.50.4. Consumação e tentativa	554
10.2.1.51. Descumprimento de obrigações pelo juiz	554
10.2.1.51.1. Bem jurídico protegido	555
10.2.1.51.2. Sujeitos do crime	555
10.2.1.51.3. Conduta típica	555
10.2.1.51.4. Consumação e tentativa	555
10.2.1.52. Recusa ou abandono do serviço eleitoral	555
10.2.1.52.1. Bem jurídico protegido	556
10.2.1.52.2. Sujeitos do crime	556
10.2.1.52.3. Conduta típica	556
10.2.1.52.4. Consumação e tentativa	556
10.2.1.53. Descumprimento dos deveres impostos pela justiça eleitoral	557
10.2.1.53.1. Bem jurídico protegido	557
10.2.1.53.2. Sujeitos do crime	557
10.2.1.53.3. Conduta típica	557
10.2.1.53.4. Consumação e tentativa	558
10.2.1.54. Violação das normas do art. 377 do Código Eleitoral	558
10.2.1.54.1. Bem jurídico protegido	559
10.2.1.54.2. Sujeitos do crime	559
10.2.1.54.3. Conduta típica	559
10.2.1.54.4. Consumação e tentativa	559
10.2.1.55. Recusa ou embaraço às ordens da Justiça Eleitoral	559
10.2.1.55.1. Bem jurídico protegido	560
10.2.1.55.2. Sujeitos do crime	560
10.2.1.55.3. Conduta típica	560
10.2.1.55.4. Consumação e tentativa	560
10.2.1.56. Falsificação ou alteração de documento público para fins eleitorais	561
10.2.1.56.1. Bem jurídico protegido	561
10.2.1.56.2. Sujeitos do crime	561
10.2.1.56.3. Conduta típica	561
10.2.1.56.4. Agravante do § 1.º	562
10.2.1.56.5. Consumação e tentativa	562
10.2.1.57. Falsificação ou alteração de documento particular para fins eleitorais	562
10.2.1.57.1. Bem jurídico protegido	562
10.2.1.57.2. Sujeitos do crime	562
10.2.1.57.3. Conduta típica	563
10.2.1.57.4. Consumação e tentativa	563
10.2.1.58. Falsidade ideológica eleitoral	563
10.2.1.58.1. Bem jurídico protegido	564
10.2.1.58.2. Sujeitos do crime	564
10.2.1.58.3. Conduta típica	564
10.2.1.58.4. Agravante do parágrafo único	565
10.2.1.58.5. Consumação e tentativa	565
10.2.1.59. Equiparação a documento para efeitos penais	565

10.2.1.60. Reconhecimento falso de firma ou letra	565
10.2.1.60.1. Bem jurídico protegido.....	566
10.2.1.60.2. Sujeitos do crime	566
10.2.1.60.3. Conduta típica	566
10.2.1.60.4. Consumação e tentativa.....	567
10.2.1.61. Uso de documentos falsificados ou alterados.....	567
10.2.1.61.1. Bem jurídico protegido.....	567
10.2.1.61.2. Sujeitos do crime	567
10.2.1.61.3. Conduta típica	568
10.2.1.61.4. Consumação e tentativa.....	568
10.2.1.62. Obtenção de documento falso para fins eleitorais	568
10.2.1.62.1. Bem jurídico protegido.....	568
10.2.1.62.2. Sujeitos do crime	569
10.2.1.62.3. Conduta típica	569
10.2.1.62.4. Consumação e tentativa.....	569
10.2.1.63. Apropriação de ativos destinados ao financiamento eleitoral	569
10.2.1.63.1. Bem jurídico protegido.....	570
10.2.1.63.2. Sujeitos do crime	570
10.2.1.63.3. Conduta típica	570
10.2.1.63.4. Consumação e tentativa.....	570
10.2.2. Crimes eleitorais previstos na Lei das Eleições.....	571
10.2.2.1. Divulgação de pesquisa fraudulenta.....	571
10.2.2.1.1. Bem jurídico protegido.....	571
10.2.2.1.2. Sujeitos do crime	571
10.2.2.1.3. Conduta típica	571
10.2.2.1.4. Consumação e tentativa.....	572
10.2.2.2. Crimes relacionados à fiscalização de pesquisas eleitorais.....	572
10.2.2.2.1. Bem jurídico protegido.....	572
10.2.2.2.2. Sujeitos do crime	572
10.2.2.2.3. Conduta típica	573
10.2.2.2.4. Consumação e tentativa.....	573
10.2.2.3. Responsabilização penal de representantes legais de empresas e entidades de pesquisa.....	573
10.2.2.4. Crimes praticados no dia da eleição	574
10.2.2.4.1. Bem jurídico protegido.....	575
10.2.2.4.2. Sujeitos do crime	575
10.2.2.4.3. Condutas típicas.....	575
10.2.2.4.4. Consumação e tentativa.....	576
10.2.2.5. Uso indevido de símbolos, frases ou imagens na propaganda eleitoral.....	576
10.2.2.5.1. Bem jurídico protegido.....	576
10.2.2.5.2. Sujeitos do crime	577
10.2.2.5.3. Conduta típica	577
10.2.2.5.4. Consumação e tentativa.....	577
10.2.2.6. Contratação e participação em ataques virtuais durante o processo eleitoral	577
10.2.2.6.1. Bem jurídico protegido.....	578
10.2.2.6.2. Sujeitos do crime	578

10.2.2.6.3. Condutas típicas.....	578
10.2.2.6.4. Consumação e tentativa.....	579
10.2.2.7. Obrigação de entrega do boletim de urna.....	579
10.2.2.7.1. Bem jurídico protegido.....	579
10.2.2.7.2. Sujeitos do crime	579
10.2.2.7.3. Conduta típica	580
10.2.2.7.4. Consumação e tentativa.....	580
10.2.2.8. Omissão do presidente de junta eleitoral em receber ou mencionar protestos e obstruir fiscalização.....	580
10.2.2.8.1. Bem jurídico protegido.....	581
10.2.2.8.2. Sujeitos do crime	581
10.2.2.8.3. Conduta típica	581
10.2.2.8.4. Possíveis crimes aplicáveis do Código Eleitoral:.....	581
10.2.2.8.5. Consumação e tentativa.....	581
10.2.2.9. Crimes relativos à segurança dos sistemas e equipamentos eleitorais.....	582
10.2.2.9.1. Bem jurídico protegido.....	582
10.2.2.9.2. Sujeitos do crime	583
10.2.2.9.3. Condutas típicas.....	583
10.2.2.9.4. Consumação e tentativa.....	583
10.2.2.10. Descumprimento das disposições sobre a fiscalização na apuração	583
10.2.2.10.1. Bem jurídico protegido.....	584
10.2.2.10.2. Sujeitos do crime	584
10.2.2.10.3. Conduta típica	584
10.2.2.10.4. Consumação e tentativa.....	584
10.2.2.11. Retenção indevida de título ou comprovante de alistamento eleitoral.....	584
10.2.2.11.1. Bem jurídico protegido.....	585
10.2.2.11.2. Sujeitos do crime	585
10.2.2.11.3. Conduta típica.....	585
10.2.2.11.4. Consumação e tentativa.....	586
10.2.2.12. Descumprimento de prioridade dos feitos eleitorais como crime de responsabilidade.....	586
10.2.2.12.1. Bem jurídico protegido.....	586
10.2.2.12.2. Sujeitos do crime	586
10.2.2.12.3. Conduta típica	587
10.2.2.12.4. Consumação e tentativa.....	587
10.2.3. Crimes eleitorais previstos no art. 11 da Lei n. 6.091/1974 — Lei do Fornecimento Gratuito de Transporte aos Eleitores	587
10.2.3.1. Descumprimento de deveres relacionados ao transporte de eleitores	587
10.2.3.1.1. Bem jurídico protegido.....	589
10.2.3.1.2. Sujeitos do crime	589
10.2.3.1.3. Condutas típicas.....	589
10.2.3.1.4. Consumação e tentativa.....	589

10.3. Questões	online
<i>Referências</i>	591
ANEXOS	online
Anexo 1. Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.....	online
Anexo 2. Tabela de prazos de desincompatibilização.....	online
Anexo 3. Enunciados da I Jornada de Direito Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral pu- blicados na Portaria TSE n. 348/2021	online